

Segundo elemento de avaliação | 24.11.2017

11º Ano | Turma C | Professor: Renato Albuquerque

Duração da prova: 90 minutos. Tolerância: 10 minutos.

**MATRIZ | CONTEÚDOS | APRENDIZAGENS RELEVANTES | CONCEITOS**

MATRIZ				
Tipologia de itens		Número de itens	Cotação por item (em pontos)	Total
Itens de seleção	Escolha múltipla	5	9	45
	Associação			
	Ordenação			
Itens de construção	Resposta curta	3	15	45
	Resposta restrita	2	30	60
	Resposta extensa	1	50	50

CONTEÚDOS	
MÓDULO 4 [11º ano, Parte I, da página 45 à página 71]	
2. A Europa dos Estados absolutos e a Europa dos parlamentos.	<b>2.1. Estratificação social e poder político nas sociedades de Antigo Regime (...)</b> - Sociedade e poder em Portugal: preponderância da nobreza fundiária e mercantilizada. - Criação do aparelho burocrático do Estado absoluto no século XVII. - O absolutismo joanino.
	<b>2.2. A Europa dos parlamentos: sociedade e poder político</b> - Afirmação política da burguesia nas Províncias Unidas, no século XVII. - Grotius e a legitimação do domínio dos mares. - Recusa do absolutismo na sociedade inglesa; - Locke e a justificação do parlamentarismo.

APRENDIZAGENS RELEVANTES
Do programa de História A: - **compreender os fundamentos da organização político-social do Antigo Regime e as expressões que a mesma assumiu; - **compreender a importância da afirmação de parlamentos numa Europa de Estados absolutos.  Ver ainda, no manual: - 11º Ano, Parte I: pág. 27 [todas as aprendizagens indicadas].

CONCEITOS			
Antigo Regime*	Estratificação social*	Monarquia absoluta*	Ordem/estado*
Mobilidade social	Sociedade de corte	Parlamento*	

\* Conceitos estruturantes

\*\* Aprendizagens estruturantes

Segundo elemento de avaliação | 24.11.2017

11º Ano | Turma C | Professor: Renato Albuquerque

Duração da prova: 90 minutos. Tolerância: 10 minutos.

Este elemento é constituído por 4 páginas e termina na palavra FIM

**Observa atentamente os documentos e responde às questões seguintes.**

**DOCUMENTO 1**

**ANTÓNIO TELES DA SILVA: BREVE CRONOLOGIA**

- 1 ? - Nasce António Teles da Silva, 4º filho (de um total de 11 irmãos) do nobre Luís da Silva e de sua mulher D. Mariana de Lencastre; neto (do lado materno) do Conde do Vimieiro.
- 5 1625 - Embarca na armada do Reino [“Jornada dos Vassalos”, com 52 navios e quase 14000 homens] que vai proceder à restauração da Baía (Brasil), entretanto ocupada pelos Holandeses, onde combate com galhardia.
- 1634-35 - Em recompensa dos serviços prestados, é enviado à Índia como capitão-mor das naus da carreira, com a promessa de 100\$00 réis de renda em cada ano, mais os proventos no seu quinhão do tráfico.
- 10 1642 - Em Maio, é promovido ao cargo de governador e capitão-geral do Estado do Brasil. É-lhe também prometido o título e mercês de conde de Vilar-Maior.
- 1643 - A começar neste ano e em todos os seguintes até 1649, envia, por sua conta a um procurador em Lisboa, açúcar, couros, madeiras e tabaco de cuja venda e respetiva aplicação de capitais recebe uma média anual de 2500 a 3000 cruzados.
- 15 1647 - Cessa as funções de governador e capitão geral do Estado do Brasil. Permanece na Baía até 1650, ajudando o novo governador e cuidando dos seus próprios negócios no Brasil.
- 1650 - Regressa a Portugal.
- 20 1653 (27 de Janeiro) - Carta régia de D. João IV confere-lhe o título de conde de Vilar-Maior.
- 1686 - Morre neste ano.

Dados recolhidos em: “António Teles da Silva” e “Jornada dos Vassalos” em Wikipédia; Virgínia Rau, 1959 - Fortunas Ultramarinas e a Nobreza Portuguesa no século XVII, em “Revista Portuguesa de História”, Tomo VIII, Coimbra

**DOCUMENTO 2**

**PORTUGAL DE D. JOÃO V VISTO POR UM FRANCÊS**

- 1 Os comerciantes portugueses são muito acanhados na prática do seu comércio. A maioria não sabe importar diretamente as mercadorias da sua origem, limitando-se a comprá-las em Lisboa aos estrangeiros para as vender nas suas lojas ou no Brasil; [...]
- 5 O comércio entre Lisboa e o Brasil faz-se em comboios que todos os anos partem para Pernambuco, Baía de Todos os Santos e Rio de Janeiro. [...]
- Os principais interessados nestas frotas, tanto na viagem como na torna-viagem, são geralmente estrangeiros: os portugueses, excetuando um pequeno número, não usufruem mais do que as suas comissões.
- 10 Assim, os portugueses não tiram grande vantagem das vastas colónias que possuem nas Índias e da que têm na China [...].
- De tudo o que tenho dito sobre este assunto resulta que hoje são os ingleses, os holandeses, os italianos, os hamburgueses, os suecos, etc., os principais detentores de

13 quase todo o comércio de grandes fortunas.

César de Saussure (1705-1783) em *O Portugal de D. João V visto por Três Forasteiros*

1. Apresenta a particularidade da sociedade portuguesa, de que António Teles da Silva é um exemplo, patente no Documento 1.

15

2. Relaciona a situação descrita no Documento 1 com a debilidade da burguesia mercantil portuguesa do século XVII referida no Documento 2.

30

DOCUMENTO 3		
REUNIÕES DAS CORTES PORTUGUESAS ENTRE 1640 E 1820		
REI	ANO	LOCAL
D. João IV	1641	Lisboa
	1642	Lisboa
	1645	Lisboa
	1649	Tomar
	1653	Lisboa
D. Afonso VI <sup>(1)</sup>	1668	Lisboa
D. Pedro (regente) <sup>(2)</sup>	1674	Lisboa
	1679	Lisboa
D. Pedro II	1697	Lisboa
D. João V		<sup>(3)</sup>
D. José I		<sup>(3)</sup>
D. Maria I		<sup>(3)</sup>
D. João VI		<sup>(3)</sup>

(1) As Cortes declaram Afonso VI incapaz de governar e nomeiam Regente o irmão D. Pedro.  
(2) D. Pedro dissolve as Cortes de 1674 por estas contestarem aspetos do seu governo.  
(3) As cortes não foram convocadas nestes reinados.

3. O Documento 3 prova que...

9

A	... D. João V foi o mais absoluto de todos os reis aí citados.
B	... D. João IV conseguiu libertar-se do poder da nobreza.
C	... os reis portugueses aí referidos deram cada vez menos importância às Cortes.
D	... vivia cada vez menos gente com o rei e a rainha na corte.

4. Indica a letra (A a D) que transforma a frase seguinte numa afirmação correta:  
A partir de 1568, sete províncias dos Países Baixos do Norte revoltam-se contra o domínio espanhol para defenderem...

9

A	... a liberdade religiosa.
B	... a liberdade de pensamento.
C	... a independência e a liberdade comercial.
D	... todas as respostas anteriores estão corretas.

5. Indica a letra (A a D) que transforma a frase seguinte numa afirmação correta:  
Na República das Províncias Unidas, a Holanda tinha o direito de escolher o magistrado supremo a quem competiam funções executivas. Era o ...

9

A	... Stathouder-Geral.
B	... Grande Pensionário.
C	... Primeiro Pensionário.
D	... Stathouder Provincial.

#### DOCUMENTO 4

##### DO JUSTO IMPÉRIO ASIÁTICO DOS PORTUGUESES

- 1 Como Grotius, Serafim de Freitas aceita que o direito de navegar e comerciar seja um direito das gentes, contudo, não o considera um «direito primário», [...] possuindo certos povos o direito adquirido para navegar e comerciar em alguns locais e outros não. Era nessa base que Portugal tinha direitos sobre determinadas regiões do Índico, 5 adquiridos pelas descobertas de caminhos e regiões, pelo sangue derramado pelos portugueses nessas zonas e até por contratos celebrados com os seus habitantes. Portanto, Freitas considerava que existia um direito de ocupação positivo - negado por Grotius, que pensava, pois, que o que é de direito das gentes não pode ser legitimamente ocupado -, como entendia que o uso continuado da posse ratificava esse direito, o que era 10 também negado pelo autor holandês.

Lúis Reis Torgal, *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração - Vol. I*, pp 299-300, em <https://goo.gl/ijxPti>

6. Partindo do Documento 4, apresenta a diferença de opiniões entre Hugo Grotius e Serafim de Freitas sobre o direito marítimo internacional no século XVII.

15

#### DOCUMENTO 5

##### A DECLARAÇÃO DOS DIREITOS (1689)

- 1 "... Os Lordes espirituais e temporais e os Comuns, hoje reunidos [...] constituindo em conjunto a representação plena e livre da nação [...] declaram [...] para assegurar os seus antigos direitos e liberdades:
- 5 1. Que o pretensão de direito da autoridade real de suspender as leis ou a sua execução [...] é ilegal; [...]
4. Que qualquer levantamento de dinheiro para a Coroa ou para seu uso [...] sem o consentimento do Parlamento [...] é ilegal; [...]
6. Que o recrutamento e a manutenção de um exército no reino, em tempo de paz, sem o consentimento do Parlamento, é ilegal; [...]
- 10 8. Que as eleições dos membros do Parlamento devem ser livres;
9. Que a liberdade de palavra ou a das discussões ou processos no Parlamento não podem ser impedidas ou discutidas em qualquer tribunal ou lugar que não seja o próprio Parlamento; [...]
- 15 13. Que, para remediar todos os agravos, e para a alteração, ratificação e observação das leis, o Parlamento deve ser frequentemente reunido; [...]
- Os ditos Lordes espirituais e temporais e os Comuns, reunidos em Westminster, decretam que Guilherme e Maria, príncipe e princesa de Orange, são declarados rei e rainha de Inglaterra, de França e de Irlanda e dos territórios seus dependentes..."

Em Gustavo de Freitas, *900 Textos e Documentos de História, vol. II*

7. Explica a importância deste documento na Inglaterra do século XVII.

15

#### DOCUMENTO 6

##### UMA NOVA TEORIA SOBRE O PODER POLÍTICO

- 1 Para compreender bem o que é o poder político e recuar à sua causa, torna-se necessário considerar o estado em que todos os homens se encontram naturalmente: é um estado de perfeita liberdade, em que regulam as suas ações e dispõem dos seus bens e pessoas como muito bem entendem, nos limites da lei natural, sem pedir autorização 5 nem depender de nenhuma outra vontade humana. É também um estado de igualdade, no qual todo o poder e toda a jurisdição são recíprocos, ninguém dispondo mais deles do que outrem [...]. A suprema finalidade para os homens formarem sociedade é a de 8 poderem usufruir dos seus bens em paz e segurança. Ora, estabelecer leis nessa sociedade constitui o melhor meio para realizar esse fim. Em consequência, em todos os estados, a

10 lei positiva primeira e fundamental é a que estabelece o poder legislativo; [...]. Esse poder legislativo constitui não somente o poder supremo do Estado, mas permanece sagrado e imutável nas mãos daqueles a quem a comunidade uma vez confiou. [...] De cada vez que  
 15 para outros, dum poder absoluto sobre as vidas, as liberdades e os bens do povo, perdem, ao falharem a sua missão, o poder confiado pelo povo com fins diretamente opostos. O poder regressa então a este, que tem o direito de retomar a liberdade original, e, instituindo um novo poder legislativo (do modo que julgar preferível), de garantir a sua própria segurança, que é a razão de ser da sociedade [...].

John Locke, *Ensaio Sobre a Verdadeira Origem, Extensão e Fim do Poder Civil*

8. **Explicita 3 (três) dos princípios enunciados por Locke no Documento 6, referindo o carácter inovador das suas ideias.**

30

9. **Faz corresponder às letras A e P, que representam as 2 grandes alternativas políticas existentes durante o século XVII, os algarismos correspondentes às suas características.**

9

		1 Nação é representada pelos eleitos.
		2 Nação é representada pelo rei.
		3 Rei pode dissolver as Cortes.
Absolutismo	A	4 Parlamento não pode ser dissolvido.
Parlamentarismo	P	5 Poder depende da vontade de Deus.
		6 Poder depende da vontade dos governados.
		7 Existe separação de poderes.
		8 O Rei respeita os direitos naturais.
		9 Existe concentração de poderes.

10. **Ordena por ordem cronológica (do mais antigo, para o mais recente) os seguintes acontecimentos:**

9

A	Lançamento da primeira pedra do Convento de Mafra.
B	Publicação da obra de Hugo Grotius <i>Mare Liberum</i> .
C	Aceitação pelo rei João Sem Terra da <i>Magna Carta</i> .
D	Aprovação da <i>Declaração de Direitos</i> no Parlamento inglês.
E	Restauração da Independência em Portugal.

11. **Desenvolve o seguinte tema:**

*O reinado de D. João V como um reinado absolutista.*

50

A tua resposta deve abordar, pela ordem que entenderes, três aspetos de cada um dos seguintes tópicos:

- uso da burocracia e do controlo pessoal do Rei;
- uso da encenação da corte;
- uso da opulência e magnificência real dentro e fora de Portugal.

FIM

## ESCOLA SECUNDÁRIA DE CASQUILHOS

Segundo elemento de avaliação | 24.novembro.2017

11º Ano | Professor: Renato Albuquerque

### Sugestão de respostas / Classificação do/a aluno/a

Níveis de competência em língua portuguesa* →		1	2	3	C
1.	A cronologia apresenta-nos o percurso de um membro da baixa nobreza que enriquece graças ao desempenho de cargos administrativos no ultramar (governador e capitão-geral do estado do Brasil) e do acesso ao comércio com essa região, até chegar a conde de Vilar-Maior. Estamos perante uma originalidade do comércio na Expansão portuguesa, o “cavaleiro-mercador”: é a nobreza, e não a burguesia, que domina o comércio ultramarino.	13	14	15	
2.	O autor francês espanta-se com aquilo a que chama o “acanhamento” dos comerciantes portugueses que deixam os estrangeiros ganharem fortunas com o comércio ultramarino português, organizando as viagens marítimas (comboios) ao contrário deles próprios que compram as mercadorias a esses estrangeiros ou se limitam a ganhar as respetivas comissões. Assim explica este visitante francês a debilidade da burguesia portuguesa.	27	29	30	
3.	Hipótese <b>A</b> – <b>errada</b> , porque através do Doc. 3 não conseguimos deduzir isso. Hipótese <b>B</b> – <b>errada</b> , teve de reunir várias vezes as Cortes pois estava dependente do apoio da Nobreza. Hipótese <b>C</b> – <b>CORRETA</b> , à medida que se vai progredindo no tempo, os reis reúnem cada vez menos as Cortes. Hipótese <b>D</b> – <b>errada</b> , revela confusão entre as Cortes e a corte.	--	--	9	
4.	Hipótese <b>A</b> – <b>está certo</b> . Hipótese <b>B</b> – <b>está certo</b> . Hipótese <b>C</b> – <b>está certo</b> . Hipótese <b>D</b> – logo, está é a resposta <b>CORRETA</b> .	--	--	9	
5.	Hipótese <b>A</b> – <b>errada</b> , o Stathouder-Geral era o comandante geral. Hipótese <b>B</b> – <b>CORRETA</b> . Hipótese <b>C</b> – <b>errada</b> , não existia esta designação. Hipótese <b>D</b> – <b>errada</b> , o Stathouder Provincial comanda as tropas dessa província.	--	--	9	
6.	Hugo Grotius, holandês, defende que o acesso ao mar é um direito natural e, portanto não pode ser negado a ninguém e a nenhum povo (Mare Liberum) enquanto Serafim de Freitas, português, defende que o mar é de quem o descobriu e lá chegou primeiro, ou seja, o direito de ocupação (mare clausum).	13	14	15	
7.	Este documento restringe os poderes reais, entregando o poder legislativo, de organizar o exército e de gerir os dinheiros, entre outros, ao Parlamento que não pode ser dissolvido. Assim, recusa-se o absolutismo, cria-se o parlamentarismo e este documento transforma-se na verdadeira Constituição inglesa.	13	14	15	
8.	O aluno devia indicar 3 dos seguintes princípios: - todos os homens nascem com determinados direitos naturais;	27	29	30	

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- um dos direitos naturais com que nascem é a liberdade;</li> <li>- outro dos direitos naturais é também a igualdade;</li> <li>- outro dos direitos é a propriedade;</li> <li>- quando os homens se organizam têm direito à paz e segurança;</li> <li>- o poder principal (supremo) é o poder legislativo;</li> <li>- se quem exerce o poder legislativo não cumprir os fins para que foi escolhido, o povo tem o direito de substituir essas pessoas;</li> <li>- o povo tem o direito de escolher o modo como escolhe o poder legislativo;</li> </ul> <p>Estes princípios defendidos por Locke justificam a atribuição do poder ao povo e ao Parlamento e não ao governo absoluto do Rei.</p>				
9.	<p>A – 2, 3, 5, 9 P – 1, 4, 6, 7, 8</p>	--	--	9	
10.	<p><b>C</b> (1215, anterior a todos os outros acontecimentos – Idade Média) <b>B</b> (1608, durante a luta que opôs Holandeses aos Filipes de Espanha) <b>E</b> (1640, 1º de dezembro, feriado nacional) <b>D</b> (1689) <b>A</b> (1717, comemoraram-se agora os 300 anos).</p>	--	--	9	
11.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uso da burocracia e do controlo pessoal do Rei</li> <li>- o rei transferiu o poder dos Conselhos para os seus colaboradores, os secretários, que têm de lhe apresentar relatórios sobre todos os assuntos;</li> <li>- todas as decisões dependem do rei;</li> <li>- reformou as 3 secretarias;</li> <li>- expulsou da corte os nobres que desrespeitaram um seu funcionário;</li> <li>- recusa qualquer órgão de controlo sobre o seu poder, não reunindo as Cortes.</li> <li>• uso da encenação da corte</li> <li>- D. João V recorre à encenação da corte, imitando ou ultrapassando Luís XIV: o rei ocupa sempre a posição central na corte e nas cerimónias;</li> <li>- o Rei estabelece uma hierarquia rígida para os assistentes e um rigoroso regime de precedências;</li> <li>- impõe as modas no vestuário..</li> <li>• uso da opulência e magnificência real dentro e fora de Portugal</li> <li>- promove grandes espetáculos de fogo-de-artifício e óperas;</li> <li>- envia luxuosas embaixadas ao estrangeiro, distribuindo mãos-cheias de moedas;</li> <li>- manda construir coches magníficos e grandes obras (Convento-Palácio de Mafra, Biblioteca Joanina em Coimbra, Aqueduto das Águas Livres em Lisboa, Real Academia de História...), igrejas por todo lado, decoradas com talha dourada...</li> </ul>	45	48	50	